

Notas sobre o marxismo. A tradição ocidental*

de Javier Amadeo

Outra vez, a propósito de *Teoria e Prática*

Again, on *Theory and Practice*

por Ailton Teodoro**

Vindo a público recentemente, em setembro de 2015, o livro de Javier Amadeo, *Notas sobre o marxismo. A tradição ocidental*, destina-se a cumprir um papel introdutório às questões que foram debatidas por importantes teóricos ligados à tradição e ao pensamento de Marx e Engels entre os anos que sucedem imediatamente a Revolução Russa e os que foram marcados pela crise do “bloco comunista” e consequente ocaso do socialismo real. O texto, já havia sido esboçado para um curso virtual coordenado pelo próprio autor e outros dois professores, conterrâneos seus, os argentinos Atilio Borón e Sabrina Gonzáles, em 2003 e 2004. Os organizadores tiveram a colaboração de importantes intelectuais marxistas ou que dialogam com o marxismo, provenientes de diversas partes do mundo, e, a partir das suas contribuições, editaram o livro *Teoria Marxista Hoy* (2006), disponível na página eletrônica da CLACSO¹. Podemos dizer que o livro aqui resenhado é, no essencial, uma versão modificada do artigo “Mapeando el marxismo”.

Didaticamente, Amadeo vai guiando seu leitor pelo universo do marxismo ocidental (ou da tradição ocidental) balizado fundamentalmente pelas teses de

* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

** Mestrando em Sociologia pela USP, São Paulo-SP, Brasil.

End. eletrônico: ailton.teodoro.pereira@usp.br

¹ Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/marxis.pdf>

Perry Anderson, defendidas em dois textos famosos dos anos 1970, *Considerações sobre o marxismo ocidental* e *Nas trilhas do materialismo histórico*. Logo, assume um peso significativo em todos os capítulos do livro a ideia de que o *marxismo ocidental* é um produto direto da *derrota* do movimento operário, no Ocidente, e da Revolução Russa, deturpada pela burocracia stalinista – teses estas defendidas por Anderson. Em outras palavras, o objetivo do livro é explorar no curso da história intelectual do marxismo no Ocidente a relação que a *teoria* manteve com a *prática revolucionária* e consigo mesma no contexto de *fracasso* da revolução mundial.

Essa derrota da *práxis* em duas frentes teve importantes consequências nos desenvolvimentos posteriores do “legado de Marx”. O pós-guerra é um momento de inflexão importante. A teoria e seus formuladores, intelectuais marxistas de peso, paulatinamente afastaram-se de modo pronunciado da prática política e dos temas submetidos à crítica radical de Marx. É verdade que figuras da esquerda francesa e italiana, como Sartre, Althusser, Della Volpe e Coletti em algum momento de suas vidas foram filiados aos seus respectivos Partidos Comunistas – principalmente, durante os anos 1950. Isso os mantinha identificados com a União Soviética, mesmo que em seus posicionamentos públicos dirigissem duras críticas ao “socialismo real”. A relativa independência em relação aos PCs lhes proporcionava a liberdade necessária para que pudessem “atualizar” o marxismo a ponto de que ele pouco se parecesse com o que fora no seu nascedouro, isto é, uma “teoria revolucionária da classe operária”. Talvez por essa razão, o marxismo tenha entrado em crise primeiro e de modo mais agudo na França e na Itália já nos anos 1970, a exemplo do que indica a reconstrução de Amadeo nos capítulos “Marxismo francês: existencialismo, estruturalismo e desconstrução” e “A crise da filosofia da práxis na Itália”. As discussões tanto de Althusser quanto de Coletti sobre a cientificidade da obra de maturidade de Marx, oposta ao humanismo filosófico de extração hegeliana, da juventude, são exemplos do referido distanciamento entre *teoria* e *prática*.

Os casos alemão e inglês, também reconstruídos em capítulos específicos – “A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt” e “O marxismo anglo-saxão” – são um pouco diferentes. Entre os filósofos da Escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer, principalmente), o projeto inicial da *Teoria Crítica* conseguiu manter grandes identidades com a dialética de Marx, mas levava em conta o que os frankfurtianos consideravam “insuficiências” para lidar com as mudanças no capitalismo no século XX. O fato do conflito de classes ter sido “regulado” pelo Estado tornava necessário deslocar a crítica da Economia Política para a *razão instrumental*, que apesar de suas origens na era do *Aufklärung*, havia-se convertido no principal suporte do obscurantismo e da barbárie nazi-fascista. Suas reflexões sobre a “sociedade administrada” os levaram a teorizar, por exemplo, como a

lógica da *razão instrumental capitalista* apoderou-se inclusive da produção dos bens culturais, padronizando-os a fim de oferecê-los ao público de “massa”, a exemplo de qualquer mercadoria produzida na Grande Indústria. Mais tarde, o filósofo Habermas apenas aprofundou o que existia em germe em Adorno e Horkheimer, introduzindo na *Teoria Crítica* elementos da filosofia da linguagem, o que acabou aproximando-a das teorias da democracia, consenso e representatividade sob a rubrica de *Teoria do Agir Comunicativo*, outro exemplo de ecletismo anos-luz distante da *práxis* marxiana.

Entre os ingleses, por outro lado, os anos 1960-1970 foram de uma fertilidade excepcional para o marxismo. Após 1956, vários intelectuais romperam com o bloco comunista e passaram a envolver-se em lutas e debates considerados polêmicos pelo PC da Grã-Bretanha, como a campanha pelo desarmamento nuclear, os movimentos de descolonização e por direitos civis. Dentre os que rompem como o PC, estão importantes historiadores, como E. P. Thompson, Christopher Hill, George Rudé e John Saville. Apenas Eric Hobsbawm continuou membro do partido. Este grupo notabilizou-se pela refinada produção intelectual marxista no campo da historiografia e este foi um ponto da principal polêmica marxista na Inglaterra envolvendo Thompson, da velha guarda, e o já citado Anderson, onde se debateu a suposta dificuldade dos ingleses produzirem teoria marxista, como no continente. Curiosamente, os historiadores ingleses se aproximaram mais de temas populares após romperem com o partido, o que sugere uma recondução à *práxis*. No entanto, a ofensiva de Thatcher e do neoliberalismo contra o movimento operário foi mais forte e o descolamento daquela produção intelectual com as lutas operárias imediatas foi inevitável.

Finalmente, no capítulo referente às contribuições de Lukács e da “Escola de Budapeste”, o autor sublinha que o filósofo húngaro fora protagonista da última grande tentativa de renovar o marxismo, lançando mão do que há de mais singular na própria teoria de Marx, isto é, fundar a *práxis humana* (o trabalho) na *ontologia do ser social* e, a partir deste ponto, normatizar os princípios democráticos radicais da organização dos trabalhadores, inerentes ao Estado comunista, mas que foram impedidos de realizar-se plenamente, frente à corrosão da Revolução Russa pela burocracia stalinista. Seu maior discípulo, István Mészáros, fora até agora seu principal atualizador e continuador, dado que a outra discípula de Lukács, Agnes Heller, transitou do marxismo de bases ontológicas ao liberalismo anticomunista em poucos anos. Porém, aqui também, o isolamento de Lukács e o sufocamento da experiência democrática-radical da Hungria pelo exército soviético em 1956 tornam a relação entre *teoria* e *prática* profundamente dificultosa.

Para concluir, caso Amadeo pense em uma segunda edição, valeria a pena incorporar ao seu argumento, a fim de avaliá-las, as críticas que Ricardo Musse

fizera a Perry Anderson em suas teses de mestrado, doutorado e livre-docência, todas disponíveis na Universidade de São Paulo.

Seriam todas as experiências narradas apenas confirmações de que o marxismo perdeu sua identidade no Ocidente e fora descaracterizado pelos atropelos da história do capitalismo ou na verdade dizem mais a respeito sobre sua capacidade endógena de se atualizar continuamente? Em tempos de hostilidade ao pensamento crítico, uma resposta rápida, crítica e sofisticada nunca foi tão urgente.